

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil Class.: 12

Data: 7 de agosto de 1987 Pg.: _____

BID corta recursos se Brasil 190 não proteger o meio ambiente

Ricardo Arnt

As advertências do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Brasil chegaram ao limite. O Banco vai enviar ao governo brasileiro — provavelmente na segunda-feira — uma carta notificando que, se o início do PMACI (Plano de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas) em Rondônia e no Acre, não ocorrer dentro de 60 dias, o financiamento para a pavimentação da BR-364, no trecho Rio Branco—Porto Velho, será cancelado.

O Brasil contratou com o BID um empréstimo total de 58,5 milhões de dólares para a pavimentação da estrada até Rio Branco. Desse valor, 10 milhões foram destinados ao PMACI, para evitar que os desastres sócio-ambientais ao longo da BR-364, de Cuiabá até Porto Velho, se repetissem no Acre. O PMACI prevê a proteção do meio ambiente contra o desmatamento intensivo, a criação de parques e reservas extrativistas, a proteção de seringueiros e castanheiros e a criação e a demarcação de vários parques e reservas indígenas.

O plano ambiental deveria ser desenvolvido simultaneamente com o avanço da estrada. A pavimentação está avançando e o PMACI não existe nem como

plano, perdido nos gabinetes do grupo interministerial encarregado de criá-lo. Ambientalistas no Brasil e nos Estados Unidos acham que o governo brasileiro aceitou a idéia apenas para assegurar o financiamento. O PMACI, seria "para americano ver".

Alertado por instituições brasileiras e americanas, o Congresso americano pressiona, há quase um ano, o secretário de tesouro dos EUA para exigir do BID a assunção das responsabilidades pelas consequências ambientais das obras que financia. O Banco, entretanto, vinha respondendo às pressões com evasivas.

✶ **Críticas** — No dia 30 de julho, ecologistas americanos do Environmental Defense Fund, da National Wildlife Federation e do Sierra Club depuseram na Subcomissão de Assuntos Externos da Comissão de Aprovação de Verbas do Senado americano, presidida pelo senador Robert Kasten Jr., e fizeram duras críticas às posições do BID. Três prováveis desastres sócio-ambientais, prestes a ser financiados pelo Banco, foram denunciados: a pavimentação da BR-364 no Acre, a construção da represa de Chisoy, na Guatemala, e um projeto de crédito agrícola para a criação de gado nas florestas tropicais do Panamá.

No caso brasileiro, foi ressaltado o

não cumprimento do governo brasileiro das obrigações contratuais do financiamento da obra. Foram discutidas as consequências previsíveis da construção da estrada, sem planos de proteção ao impacto ambiental para as populações locais e para a floresta.

Denunciou-se, também, a pavimentação, em Mato Grosso, da estrada BR-070, que atravessa a reserva indígena Merure, dos índios bororos. Pelo contrato de financiamento firmado com o BID, em 1982, a Funai assumiu a tarefa de acompanhar a construção da estrada e defender os interesses dos índios, enviando relatórios periódicos para o Banco. Nenhum relatório jamais foi feito. Segundo o senador Robert Kasten Jr., o banco tinha, pelo menos, a obrigação de exigí-los.

Os depoimentos no Congresso e o acúmulo de denúncias mudaram a situação. O Departamento do Tesouro notificou a diretoria do BID que a Comissão de Verbas do Senado cortará todos os fundos americanos para o BID para o ano de 1987, caso o Banco não assuma uma atitude efetiva em relação às questões do impacto ambiental dos projetos que financia. Em consequência, o BID deu um ultimato ao Brasil: o governo brasileiro tem 60 dias para resolver o impasse.